

Pacheco espera promulgar reforma tributária neste ano

SUAMY BEYDOLIN/AGIF - AGÊNCIA DE FOTOGRAFIA/ESTADÃO CONTEÚDO

DORIO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não descarta atrasos na tramitação da reforma tributária, cujo texto precisa passar pelo Senado e, depois, pode ter de voltar à Câmara e ao Senado novamente. Ainda assim, o senador afirma acreditar que a reforma será promulgada ainda neste ano.

Ele avalia que o trâmite da pauta não sofrerá impacto da reforma ministerial do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “São coisas independentes”, diz. “Acho que isso toca mais a Câmara. São coisas desvinculadas. Todos têm o senso de importância da reforma tributária, independentemente de conveniências políticas”.

Pacheco atribui a possibilidade de atrasos na tramitação em virtude dos questionamentos do texto. “Evidentemente, se houver necessidade de algum adiamento mínimo, vamos fazer. É importante entregar reforma com boas bases e com conhecimento profundo do que se está fazendo”.

Mas ele frisa a intenção de cumprir o calendário previsto. “A previsão inicial é 4 de outubro, data estipulada pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Vamos nos dedicar muito neste fim de agosto e todo o mês de setembro. Pretendemos votar neste ano. É muito importante promulgar a emenda constitucional ainda neste ano”.

Pacheco acrescenta que governadores e prefeitos serão ouvidos no dia 29.



Pacheco diz que a previsão é a votação ocorrer em 4 de outubro

‘SEM PRESSÃO’

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu ontem o retorno da reforma administrativa à agenda legislativa, após a casa enviar a reforma tributária ao Senado.

“Não quero botar pressão sobre ninguém, mas vamos ter de cortar despesas”, declarou Lira durante debate sobre a reforma tributária na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Vamos ter de discutir despesas. Se não podemos aumentar impostos, temos de cortar despesas”, acrescentou.

ALÍQUOTA DO IVA

O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, diz que não há definição ainda sobre a alíquota do IVA, mas apenas especulação. Segundo ele, o texto construído e aprovado pela Câmara, que agora tramita no Senado, tem como objetivo aumentar a base e reduzir a carga tributária no consumo.

Ribeiro defende que entre os principais objetivos da reforma tributária está trazer transparência, simplificação, eliminar cumulatividade e reduzir a burocracia. Ele frisa que não é o governo que está querendo mudar as regras e, sim, a sociedade, já que as relações de consumo mudaram. “Não estamos copiando nada de ninguém. Estamos nos adequando ao mundo globalizado”.

TETO DE 25%

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, pediu ontem um teto de 25% nas alíquotas dos impostos sobre valor agregado criados pela proposta de emenda constitucional.

Segundo ele, as exceções são necessárias e meritórias, e a indústria não deveria ser onerada, pois será preciso aumentar o IVA para cobrir tais exceções. (EC)